

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.617 - RS (2019/0334464-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **JAIR BORGES DE SOUZA**  
**ADVOGADO** : **CRISTINA DA SILVA LOPES - RS062458**  
**RECORRIDO** : **ASPECIR PREVIDENCIA**  
**ADVOGADO** : **THANIA MARIA DUARTE E SILVA - RS011175**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ARTS. 489, § 1º, VI, 926 E 927 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SUMULAS 282 E 356/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por JAIR BORGES DE SOUZA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

Apelação cível. Embargos à execução. Contratos de financiamento bancário. Juros remuneratórios e cláusulas análogas.

Os juros remuneratórios e as cláusulas análogas dos contratos de crédito bancário julgam-se de acordo com a jurisprudência consolidada em súmulas e milhares de julgados do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça, Apelação desprovida.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 489, § 1º, VI, 926 e 927 do Código de Processo Civil.

Alega que o tribunal de origem não se manifestou quanto aos argumentos apresentados no recurso de apelação pelo ora recorrente, sobretudo sobre a questão de ordem pública relativa à impossibilidade de terceiros manifestarem-se em uma ação voluntária no qual não são partes.

Defende que foi desconsiderada a jurisprudência e precedentes mencionados pelo autor, tendo sido apenas citadas várias súmulas, que não se referem diretamente ao caso do requerente. Argumenta que deixou de ser atendida a regra processual de manter a jurisprudência do tribunal íntegra e coerente, portanto não conflitante ou dispersa.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 292.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 294-299).

É o relatório.

DECIDO.

2. Os temas insertos nos arts. 489, § 1º, VI, 926 e 927 do Código de Processo Civil não foram objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco foram opostos embargos de declaração a fim de suprir eventual omissão. É entendimento assente neste Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento dos dispositivos tidos por violados, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 14 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator